

AS VARIAÇÕES VOCÁLICAS EM CARTAS SETECENTISTAS

Kênia Maria Correa da Silva (UFMT)

kenya_maria@hotmail.com

Elias Alves de Andrade (UFMT)

elias@ufmt.br

RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade investigar, sob a perspectiva filológica, as ocorrências de variações grafemáticas vocálicas em 37 cartas manuscritas, datadas de 1713 a 1800, em sua maioria, referentes a Cuiabá e à Capitania de Mato Grosso, escritas em diversas localidades, no Brasil e em Portugal, 15 pertencentes ao Arquivo Público de Mato Grosso – APMT e 22 ao Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso - IHGMT. Serão tecidos comentários paleográficos, com o intuito de expor aspectos da escrita, descrever aspectos ortográficos, as variações grafemáticas e sua correspondência com o sistema fonológica na língua portuguesa do século XVIII.

Palavras-chave: Filologia. Manuscritos. Variação vocálica. Língua portuguesa.

1. Introdução

A filologia de acordo com Spina (1977, p. 75), “[...] não subsiste se não existe o texto, pois é o texto a sua razão de ser”, e possui a finalidade de “[...] explicá-lo, restituí-lo à sua genuinidade e prepará-lo para ser publicado”.

Emprega Cambraia (2005, p. 18) o termo filologia para designar o estudo global de um texto, ou seja, a exploração exaustiva e conjunta dos mais variados aspectos de um texto, seja ele linguístico, literário, crítico-textual, sócio histórico etc.

Santiago-Almeida (2009, p. 224), por sua vez, define a filologia em duas direções, uma *lato sensu* e outra *stricto sensu*. A primeira é o estudo da língua em sua plenitude, linguístico, literário, crítico-textual, sócio-histórico, no tempo e no espaço, tendo como objeto o texto escrito literário e não literário, manuscrito ou impresso. Já a segunda se concentra no texto escrito, primordialmente literário, antigo e moderno, manuscrito e impresso, para estabelecê-lo, fixá-lo e restituí-lo à sua genuinidade e prepará-lo para ser publicado.

A respeito da escolha dos tipos de edição, sabe-se que há diversas formas de se editar um texto que podem ser, segundo Spina (1977, p. 77-79), Azevedo Filho (1987, p. 29-30) e Cambraia (2005, p. 90-97): a edi-

ção fac-similar ou mecânica, a diplomática, a semidiplomática ou paleográfica, a modernizada e a edição crítica.

Cambráia (2005, p. 90-96) ensina que, ao se escolher um dos tipos de edição, devem ser considerados dois aspectos: o público-alvo e as edições daquele texto feitas anteriormente. Para a finalidade deste trabalho, serão feitas as edições fac-similar e semidiplomática. A primeira, a fotografia do texto, reproduz com muita fidelidade as características do original e possui um grau baixo, próximo a zero, de intervenção do editor no texto. Já a edição semidiplomática ou paleográfica constitui uma forma de interpretação do original, uma tentativa de melhoramento do texto, marcada por um grau médio de intervenção do editor no texto. Nessa edição, segundo Cambráia (2005, p. 95), “[...] é possível, o desenvolvimento das abreviaturas, inserção ou supressão de elementos por conjecturas etc., embora qualquer uma dessas operações fique explicitamente assinalada na reprodução”.

O objetivo deste trabalho é o de tendo por base as transcrições editadas, analisar aspectos ortográficos e sua correspondência com o sistema fonológico da língua portuguesa do século XVIII, buscando estabelecer os contextos de ocorrência e as variações possíveis para os vocábulos em estudo, investigar se tais ocorrências são resquícios do português arcaico, trazidos para o Brasil desde a colonização e preservados no português popular brasileiro, sobretudo na chamada *Área Cultural Caipira*, na designação feita por Ribeiro (2006, p. 346).

Com relação à escrita dos documentos manuscrito citados, de forma geral, percebe-se a significativa variação linguística, uma possível incerteza dos escribas em como grafar os vocábulos e um latente conflito entre os períodos ortográficos, pois no século XVIII percebe-se tanto características do período fonético, pseudoetimológico e do simplificado.

Desse modo, a seleção dos 37 documentos manuscritos deveu-se, principalmente, ao fato de se referirem, em sua maioria, a Cuiabá e a capitania de Mato Grosso. Entretanto, algumas cartas que foram escritas em outras localidades do Brasil e de Portugal foram utilizadas com o intuito de se verificar a escrita no período citado e a variação linguística em lugares distintos, atendendo a maior diversidade possível de grafias e estilos. Acerca dos documentos deste *corpus* datados de Portugal, afirma Dias e Bivar (1986, p. 18),

[...] É importante ressaltar que os estudiosos do assunto consideram como manuscritos brasileiros, para fins de análise, todos aqueles relacionados à Améri-

ca Portuguesa, quer oriundos dela quer oriundos da sede do Império Português, mas com conteúdo referente a esta Colônia. Isso deve-se ao fato de a troca de correspondência ter sido sempre intensa entre ambos e, naturalmente, haver padrões em comum.

Este trabalho está vinculado ao projeto de pesquisa: “Estudo do português em manuscritos produzidos em Mato Grosso a partir do século XVIII”, PPGEL/IL/UFMT, e compõe o projeto temático: “Para a história do Português Brasileiro – Mato Grosso – PHPB-MT”.

2. A paleografia

A paleografia, etimologicamente, do grego *palaíos* = antigo e *graphien* = escrita, é a ciência que estuda a escrita antiga, feita sobre material brando ou macio, tais como: as antigas tábuas enceradas, o papiro, o pergaminho e o papel, segundo Acioli (1994, p. 05), Spina (1977, p.18), Dias e Bivar (1986, p. 12) e Cambraia (2005, p. 23).

Modernamente, afirma Cambraia (2005, p. 23) que a paleografia possui duas finalidades, uma teórica e outra prática

A teórica manifesta-se na preocupação em se entender como se constituíram sócio-historicamente os sistemas de escrita. E a prática concentra-se na capacitação de leitores modernos para avaliarem a autenticidade de um documento, com base na sua escrita, e de interpretarem adequadamente as escritas do passado.

Por sua vez, Acioli (2003, p. 5-6) garante que a paleografia é uma forma de análise de documentos históricos. Ao paleógrafo não cabe apenas ler textos antigos, a ele compete ler, entender, datá-los, identificar sua origem e procedência, sua autenticidade, anotar os erros para fixá-los e assim servir de subsídio para outras ciências que tenham o texto escrito como objeto de estudo. A autora diz ainda que o termo “antiguidade” não deve ser compreendido apenas no âmbito da escrita usada no Egito, Ásia e Grécia, mas no sentido de dificuldade de leitura, pelo fato de a escrita antiga apresentar caracteres diferentes dos da escrita atual.

Isto posto, acrescenta Mendes (1953, p. 92),

[...] Ao paleógrafo não pode faltar conhecimento do vocabulário empregado na data em que foi escrito o códice sob exame. E também não pode desconhecer a grafia usual nesse tempo, bem como as abreviaturas então comuns. Se as ignorar, se não tiver noções da terminologia da época, dificilmente entenderá o documento, por mais clara e firme que se apresente a caligrafia.

Compreendida dessa forma, a paleografia implica na capacidade

de compreensão e identificação dos caracteres escritos e na transmissão da forma mais fiel possível ao original, para que possa ser evitada a adulteração do sentido de passagens dos documentos. Portanto, para os estudos filológicos, a paleografia é primordial, pois a filologia tem como objeto de estudo o texto escrito, sem o qual não subsiste. (SPINA, 1977, p. 75)

Destarte, a importância da paleografia para o filólogo e crítico textual é evidente, reitera Cambraia (2005, p. 23-24), “[...], pois para se fixar a forma genuína de um texto é necessário saber decodificar a escrita em que seus testemunhos estão lavrados”.

Os fólios do *corpus* são, em sua maioria, cartas oficiais, em que se percebe que os escribas ou copistas provavelmente possuíam conhecimento para a prática da escrita, até mesmo, como ofício. No entanto, várias são as intervenções realizadas pelo copista no momento da escrita ou da cópia, como confirma Cambraia (2005, p. 71) “[...] o elemento-chave da produção do livro manuscrito é certamente o *copista*”.

Atesta Gonçalves Viana (1904, p. 3) que as ortografias dos documentos manuscritos eram menos uniformes ainda se comparadas com outros documentos oficiais impressos da mesma época, e que “[...] cada amanuense tem a sua ortografia privativa, não contando nós, as numerosas cacografias, sistemáticas ou assistemáticas [...]”. Da mesma forma reitera Roncaglia (2005, p. 80, *apud* CAMBRAIA) que tais escribas são passíveis de erros, estes são particularmente comuns quando se transcreve um modelo cuja escrita difere daquela a que o copista está habituado e afirma que,

[...] casos de substituição de grafemas/fonemas não constituiriam na verdade, simples má leitura de um dado grafema por outro, mas sim de uma palavra por outra, já que o copista realizaria conjectura sobre qual deveria ser a palavra cuja decifração lhe estaria escapando, baseando-se, por exemplo, em palavras que lhe são familiares.

Então, possivelmente, nesse momento, por desatenção, cansaço ou por variados motivos, o copista pode nos ter dado amostras do estado da língua falada no século XVIII através de sua escrita. O que se percebe, a princípio, é que muitas das ocorrências do século XVIII, e até anteriores a esse período, presentes neste *corpus*, prevalecerão nos séculos seguintes até os dias atuais, no português popular brasileiro, notadamente na chamada *Área de Cultura Caipira*, segundo Ribeiro (2006, p. 346).

3. A ortografia da língua portuguesa

Sobre a ortografia da língua portuguesa, esclarece Gonçalves Viana, na introdução da sua obra *Ortografia Portuguesa* (1904, p. 1), que

[...] nunca existiu ortografia uniforme em Portugal: pretender provar o contrário, ou mesmo insistir na afirmativa, seria obstinação ou ignorância manifesta dos fatos. Cada escritor tem usado a sua ortografia, mais ou menos metódica, sem entrarem em linha de conta aquelas que são indiscutivelmente errôneas, ou caprichosas, ou irrefletidas.

Então, tais informações esclarecem que não havia uma norma clara que orientasse a ortografia portuguesa durante séculos, adentrando no século XVIII, demonstrando as inúmeras variações que surgiram na escrita desse período. Tal tentativa de regulamentação surgiu apenas em 1904 com a publicação da obra *Ortografia Nacional* de Gonçalves Viana.

Contudo, Coutinho (1976, p. 71) assegura que a ortografia portuguesa tem sua história marcada por três períodos, o fonético, pseudoetimológico e o simplificado.

Gonçalves (2003, p. 40) por sua vez, assevera existirem quatro tipos de sistema ortográfico: etimológico, misto, filosófico e simplificado.

O período fonético se confunde com a fase arcaica do português. Inicia-se com os primeiros documentos por volta do século XIII até o XVI. É marcado por uma busca da facilitação da leitura aproximando a escrita da fala. Na escrita desse período era comum aparecerem, num documento, os mesmos vocábulos grafados de modo diferente, devido à influência do latim, às diferenças regionais, que resultaram no sincretismo das formas, à negligência dos autores e copistas, e em alguns casos, à grafia castelhana. Escrevia-se não para a vista, mas para o ouvido. (COUTINHO, 1976, p. 72)

Para Gonçalves, esse é o período filosófico da língua que busca restabelecer a biunivocidade entre a oralidade e a escrita. A língua registrada nesse período, afirma Teyssier (1997, p. 6) está muito próxima do português arcaico, pois “[...] os primeiros textos escritos em português surgem no século XIII, nessa época, o português não se distingue do galego, chamado [...] galego-português ou galaico-português”.

O desejo de aprimorar a língua portuguesa, aproximando-a do latim, em consonância com o pensamento renascentista, levou os escritores do século XVI a adotarem a ortografia pseudoetimológica e essas formas

eruditas perduraram até o século XX. Esse período compreende do século XVI a 1904 quando Gonçalves Viana publica a *Ortografia Nacional*. O período etimológico é plasmado na recuperação da representação gráfica dos étimos. Acerca desse período, garante Rocha Lima (1978, p. 39) que “[...] na transcrição de palavra de origem grega, encontrava o pseudoetimologismo largo campo para demonstrações eruditas: o *ph*, *th*, *rh*, *ch*, *y*, passaram a infestar a escrita portuguesa”.

O sistema misto constituiu-se da convergência, da junção de vários princípios como a pronúncia, característica do período fonético, de traços de oralidade, como o uso de metaplasmos e de aspectos do pseudoetimológico, por exemplo: uso de consoantes geminadas, o grafema <h>, dentre outros.

O período simplificado inicia-se a partir da reforma ortográfica compreendida pela obra, *Ortografia Nacional*, de Gonçalves Vianna resultado do trabalho de uma comissão nomeada pelo Governo Português, composta por vários linguistas, que estabeleceram dois sistemas simplificados: o português e o luso-brasileiro. (COUTINHO, 1976, p. 78-79)

Desse modo, foram registradas neste *corpus* diversas ocorrências de *poligrafia* entendida como variação ortográfica, que revela, em si, a própria variação que está intrinsecamente associada à concepção de fala/escrita da época, ou seja, à visão de escrita como um reflexo do modo de enunciação falado/oral. Sobretudo no período fonético, mas também presente, talvez em número menor de ocorrências, nos outros períodos e até os dias atuais, em que se percebe a presença de vários elementos próprios da fala na escrita.

Demonstra ainda, dúvida em relação à maneira de grafar as letras ou sílabas homófonas dos vocábulos, pelo escriba, que escrevia de duas ou mais formas diferentes, geralmente representando a palavra nos seus aspectos orais, exemplos: *rezão* (3:16)⁷², (4:12), (26:22) e *razaõ* (2:37), (33:7), (35:88), *camara* (2:55/56), (11:29), (22:11,14) e *camera* (4:40), (19:15, 20, 22), dentre outros e ainda ocorrências de poligrafia no mesmo documento: *descubrimto* (5:5) e *descobrimto* (5:16), *rial* (6:6.35) e *real* (6:22,26,30,32), *delegado* (17:44) e *delagado* (17:52), exemplos dentre muitos outros encontrados neste *corpus*. A esse respeito afirma Mega-
le e Toledo (2006, p. 12):

⁷² Leia-se Ms 3 como Manuscrito 3, linha 16.

[...] Pela observação dos documentos [...] percebe-se alguns exemplos de poligrafia que denotam o estado de dúvida em que se encontravam os escrivães daquela época. Consequentemente isso ajuda a inferir quando algum traço, apesar de encontrar-se na escrita, é, na verdade, um traço de oralidade que o escriba talvez sem perceber, em estado dúbio, deixou escapar.

4. As variações grafemáticas vocálicas

Neste *corpus*, à semelhança de outros manuscritos do século XVIII, os grafemas que representam os fonemas vocálicos são seis: <a>, <e>, <i, y>, <o> e <u>. Os grafemas <i> e <y> são equivalentes e empregados com e sem diacríticos funcionalmente se equivalendo. A ocorrência de <y> em palavras como *sy* e *escrevy* evidencia que não se trata de um grafema com função exclusiva de semivogal, porque é com essa função que o uso de <y> é mais frequente em documentos do período estudado. Todos os grafemas vocálicos também são empregados na constituição de ditongos, assumindo a função assilábica de semivogal, como nos seguintes pares entre diplos, formados por grafemas que se equivalem nesta função: <e, i>, <i, y> e <o, u>⁷³.

4.1. As vogais

e > a uso do grafema *a* onde seria *e*:

<dezasseis> (17:28), <bateria> (35:93). Com variação gráfica: <sacrataria> (5: 39-40, 44/45) e <secretaria> (1:7), (12:25), <estabelecimento> (6:14), (36:8) e <estabelecimento> (s) (12:3), (32:39), (34:4), <estabalacido> (26:9/10) e <estabelecido> (16:3), <delegado> (17:44), <delagado> (17:52) e <subdelegados> (17:55).

a > e uso do grafema *e* onde seria *a*:

<adiente> (19:6). Com variação gráfica: <rezáo> (3:16), (26:22), (4:12), (5:37), <razaõ> (2:37), (33:7), (35:88) e <rezoéns> (18:16), <camara> (2:30,55/56), (11:29), (22:11, 14), (27:19), (28:15,19) dezenove ocorrências, <camera> (s) (4:40), (19: 15, 20, 22), (31:48).

⁷³ Os exemplos presentes neste artigo foram retirados da dissertação de mestrado intitulada "Cartas manuscritas do século XVIII: aspectos filológicos e linguísticos".

e > i uso do grafema *i* onde seria *e*:

<dicizão> (3:6), <impreza> (5:10), <idetal> (5:37), <liais> (11:28, 30), <milhores> (32:65), <immediatamente> (24:138), <dizestencia> (26:20), <dividamente> (26:20/21), <sintinella> (30:3), <imforcado> (31:51), <reciprocamente> (33:27), <descrivia> (35:7), <timiveis> (35:92), <nomiou> (26:39), <nomiado> (26:53), <promite> (32:15), <prisseasonaram> (5:21, 38). Com variação gráfica: <servintia> (2:30) e <serventias> (14:36), <inprego> (5:8) e <emprego> (26:43), (36:7,11), <similhante> (s) (8:9), (11:16), (24:52), (32:32), (36:48) e <semelhante> (s) (6:17), (12:20), (29:33), <milhor> (18:21), (24:90/91,127), (36:55) e <melhor> (8:6), (10:25), (12:48), (25:69), (36:54).

i > e uso do grafema *e* onde seria *i*:

<semular> (1:10), <disturbios> (2:49), <sinestras> (3:6), <cometiva> (4:15), <deminuição> (4:17), <mellitares> (4:17,18), <defecultava> (5:9), <prezeonou> (5:17), <idetal> (5:36), <ouvedoria> (7:8), <destinguído> (12:22), <assestir> (35:38), <immedeatamente> (17:55/56), <dezia> (18:2), <asesti> (24:7), <creação>/<creaçáo> (25:65), (37:51), <divida> (26:15), <dizestencia> (26:20), <dizestencia> (26:20), <requezitos> (26:23), <deficil> (31:8), <reçiozo> (31:16), <emfalivel> (31:69), <aljebeira> (32:21), <abelitando> (33:47), <fedellidade> (35:12), <indispensável> (36:19), <emportava> (37:80). Com variação gráfica: <vezinhos> (2:7), (24:19) e <vizinhos> (35:29).

o > u uso do grafema *u* onde seria *o*:

<rezulucaó> (5:41), <descompusturas> (6:31), <rigurozamente> (11:23), <dezcumfiança> (31:47). Com variação gráfica: <custume> (5:34) e <costume> (s) (12:8,48), (24:112), (36:15), <descubrimto> (5:5) e <descobrimento> (5:16).

u > o uso do grafema *o* onde seria *u*: <socedidos> (24:23), <fogi-ráo> (24:143), <simolação> (26:55), <macomónado> (26:58), <sobirem> (29:44), <fozileiros> (34:35). Com variação gráfica: <logar> (24:11, 83), <lugar> (2:15), (12:53,55), (17:27).

Os fenômenos aludidos já se encontravam na gramática de Fernão

de Oliveira (1536), citado por Mattos e Silva (2006, p. 55).

A variação do sistema vocálico da língua portuguesa de acordo com Melo (1967, p. 145),

[...] se caracteriza pelo grande número e grande frequência de ditongos e pela extrema e arbitrária oscilação da gama vocálica. De fato, é impossível formular regras sobre a pronúncia do *e* ou do *o*, [...] tais oscilações se devem, nuns casos ao conservadorismo do nosso sistema vocálico, que mantém o timbre do latim vulgar noutros casos a inúmeros fenômenos de metáfora ou de oposição fonética.

Sobre essa variação em documentos brasileiros confirma Mendes (1953, p. 94),

[...] devido por certo a não existência de normas ortográficas fixas, tem o paleógrafo de lhe dar com as variações e erros ortográficos dos escribas e copistas do tempo, comuníssimos nos primeiros séculos de vida do nosso país [...]

Em relação à pluralidade presente nos manuscritos, fica claro que, devido à falta de normatização, paira a dúvida por parte dos escribas em grafar as palavras e ainda o conflito entre os períodos ortográficos.

Tais ocorrências descritas revelam, num recorte no tempo, neste *corpus*, uma possível amostra do estado da língua portuguesa no século XVIII. Apesar de se tratarem de cartas escritas em lugares diferentes, no Brasil e em Portugal, trazem características ortográficas e linguísticas semelhantes, pois, possivelmente, quem tinha acesso à educação e consequentemente à escrita, no Brasil, eram os mais abastados, geralmente portugueses e descendentes de portugueses, ou ainda escribas profissionais. Além disso, outro possível motivo poderia ser o de se tratarem, em sua maioria, de documentos oficiais do Governo da Capitania de Mato Grosso, que aparentemente possuíam um formato pré-estabelecido, como gênero discursivo carta oficial.

Contudo, prevalece uma diversidade na grafia em relação à periodização da ortografia portuguesa. Com isso, os traços de oralidade e as contribuições de gramáticos e estudiosos da língua, citados, sinalizam para a hipótese de conservação de traços da língua portuguesa antiga no português do Brasil, como afirma Mattos e Silva (2006, p. 12)

[...] é claro que a língua portuguesa veio para o Brasil e aqui se miscigenou primeiramente com as diversas línguas indígenas aqui existentes e posteriormente com as línguas africanas, mas o que sobressai é realmente a forte presença até hoje de traços do português antigo no português brasileiro.

Sabe-se que ainda há muito que se investigar neste campo do co-

nhecimento. Buscou-se aqui trazer uma contribuição para a área de língua portuguesa, principalmente, acerca de fenômenos linguísticos ligados à variação ortográfica da língua portuguesa.

Assim, garante Mattos e Silva (2006, p. 33-34), sobre o estudo de línguas do passado “[...] o conhecimento de qualquer estágio passado de qualquer língua – se ela é documentada por algum tipo de escrita ou de inscrição – é sempre fragmentado, porque fragmentário é o espólio de que dispõe o pesquisador”.

5. *Considerações finais*

Este trabalho teve como objetivo descrever sob a perspectiva filológica, as ocorrências de variações grafemáticas vocálicas em 37 cartas manuscritas, datadas de 1713 a 1800, em sua maioria, referentes a Cuiabá e à Capitania de Mato Grosso pertencentes ao Arquivo Público de Mato Grosso – APMT e ao Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso - IHGMT. Foram tecidos comentários paleográficos, com o intuito de expor aspectos da escrita, descrever aspectos ortográficos, suas variações e correspondência fonológica na língua portuguesa do século XVIII.

Buscou-se nos documentos setecentistas identificar aspectos ortográficos da língua portuguesa, as variações que se encontram tanto na escrita quanto na fala no português popular brasileiro até os dias atuais, e procurou-se constatar que os possíveis traços de oralidade presentes nos manuscritos são resquícios do português arcaico, trazido para o Brasil desde a colonização e conservados na chamada *Área Cultural Caipira*.

Através da análise das ocorrências nos documentos investigados permite-se concluir que, mesmo este *corpus* pertencendo cronologicamente ao período pseudoetimológico da ortografia da língua portuguesa, ainda mantém muitos pontos de contato com o português arcaico, haja vista as muitas ocorrências que se aproximam da escrita fonética daquele período, do pseudoetimológico e do simplificado.

Afirma Santiago Almeida (2009, p. 81), no estágio contínuo de variação, registra-se a manutenção de fenômenos descritos em estágios anteriores da língua: do galego-português à época do Brasil colonial, em especial no século XVIII – época da principal expansão portuguesa via bandeiras e monções paulistas, para o centro-oeste brasileiro.

É possível concluir, portanto, que a observação do confronto entre

as normas preconizadas no século XVIII e os documentos manuscritos do mesmo período possa fornecer subsídios para a tomada de decisões mais acertadas sobre as normas ortográficas da língua portuguesa nos dias atuais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *A escrita no Brasil Colônia: um guia para a leitura de documentos manuscritos*. Apresentação de Leonardo Dantas Silva; prefácio e José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: FUNDAJ, Massangana; UFPE, Universitária, 1994.

AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira*, 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1976.

ANDRADE, Elias Alves de; BARONAS, Roberto Leiser; SANTIAGO-ALMEIDA, Manoel Mourivaldo. *Plano de Guerra da Capitania de Mato Grosso Janeiro de 1800*. Cuiabá: Edufimt, 2011.

AZEVEDO FILHO, Leodegário Amarante de. *Iniciação em crítica textual*. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Edusp, 1987.

BISOL, Leda. *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. 4. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2005.

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática histórica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1981.

HIGOUNET, Charles. *História concisa da escrita*. 3. ed. São Paulo: Parábola, 2003.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2006.

MELO, Gladstone Chaves de. *Iniciação a filologia e a linguística portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1971.

MENDES, Ubirajara Dolácio. *Noções de paleografia*. São Paulo: Departamento do Arquivo do Estado, 1953.

OLIVEIRA, Fernão de. *A gramática da linguagem portuguesa*. Introdução, leitura atualizada e notas de Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1975.

SANTIAGO-ALMEIDA, Manoel Mourivaldo, *Vogais do falar ribeirinho cuiabano*. 2009. Tese (de Livre Docência). – Universidade de São Paulo, São Paulo.

SILVA, Kenia Maria Correa da. *Cartas manuscritas do século XVIII: aspectos filológicos e linguísticos*. 2013 336 fls. Dissertação (Mestrado). – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica: crítica textual*. São Paulo: Cultrix, 1977.

TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. 7. ed. Lisboa: Sá de Costa, 1997.

VIANA, Gonçalves. *Ortografia nacional*. Simplificação e uniformização sistemática das ortografias portuguesas. Lisboa: Viúva Tavares Cardozo, 1904.